

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Os arquivos médicos e sua importância para a História das Doenças: o caso do Leprosário de Itanhenga

Medical Archives and Their Importance for the History of Diseases: The Case of the Itanhenga Leprosarium

Maria Aparecida Stelzer Lozorio¹

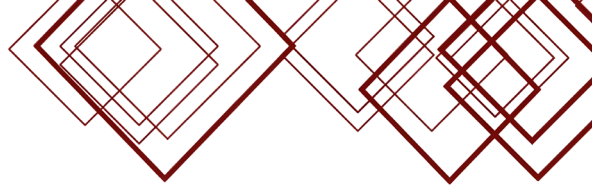
RESUMO: O artigo explora a importância dos arquivos médicos, principalmente os do Leprosário de Itanhenga, fundado em 1937 no Espírito Santo, como fonte essencial para a História das Doenças. Ressalta a necessidade de organizar e preservar esses documentos, que retratam o isolamento compulsório de doentes no Brasil, uma política pública vigente no século XX. A digitalização parcial do acervo foi uma medida crucial para evitar sua deterioração, garantindo acesso a pesquisadores e preservando a memória dos internos, marcados pelo estigma e exclusão social. O estudo evidencia o papel desses arquivos na compreensão das políticas públicas, da evolução do tratamento da lepra e das complexas relações sociais envolvidas.

Palavras-chaves: Leprosário de Itanhenga; Acervos Médicos; Preservação.

ABSTRACT: This article explores the importance of the medical archives, especially those of the Itanhenga Leprosarium, founded in 1937 in Espírito Santo, as an essential source for the History of Diseases. It highlights the need to organize and preserve these documents, which portray the compulsory isolation of patients in Brazil, a public policy in force in the 20th century. Partial digitization of the collection was a crucial measure to avoid restrictions, guaranteeing access to researchers and preserving the memory of inmates, marked by stigma and social exclusion. The study highlights the role of these archives in understanding public policies, the evolution of leprosy treatment and the complex social relations involved.

Keywords: Itanhenga Leprosarium; Medical Archives; Preservation.

¹ Bacharel em Biblioteconomia (UFES), Bacharel e Licenciada em História (UFES) e mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atualmente é professora voluntária no Departamento de Biblioteconomia da UFES e funcionária pública pela prefeitura de Vitória-ES. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-0091-9995>. E-mail: stelzovsky@gmail.com.



INTRODUÇÃO

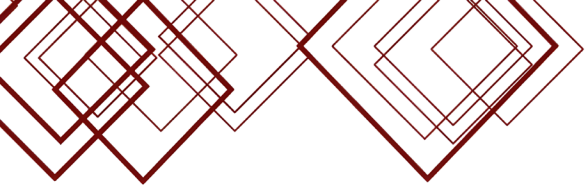
Os acervos documentais sempre figuraram entre as principais fontes de pesquisa, para historiadores, arquivistas, bibliotecários e profissionais de diversas áreas. Para que essas pesquisas possam ser realizadas é necessário que os acervos estejam organizados e em condições de acesso. A deterioração desses acervos são ameaças constantes, por tanto, muitas vezes se faz necessário realizar algumas intervenções de restauração e conservação, além de uma efetiva política de preservação efetuada pela instituição mantenedora do acervo.

Segundo Santos (2014), a digitalização parcial ou total, tem sido prática recorrente em arquivos, bibliotecas e centros de documentações, como técnica de acesso à informação, mas também como forma de preservação do conteúdo informacional e mesmo dos documentos originais.

325

Os arquivos médicos têm sido importantes fontes de pesquisas para a escrita da História, fornecendo uma visão detalhada sobre práticas de saúde, com dados que permitem não apenas a escrita sobre a doença em si e os procedimentos de cura, mas também das complexas relações que perpassam toda essa temática, em seus mais diversos recortes históricos, temporais, sociais, entre outros. Intrinsecamente trazem elementos que podem servir de base para pesquisas em políticas públicas, mudanças de tratamentos, além de fornecer informações sobre a evolução do conhecimento científico em determinada área.

Dentro do campo da História das Doenças, os registros dos leprosários e colônias de isolamento compulsório de doentes, têm se mostrado como importantes fontes de pesquisa. O Brasil contou com várias colônias, construídas na primeira metade do século XX. O Espírito Santo inaugurou a Colônia de Itanhenga em 1937. Desde a inaugura-



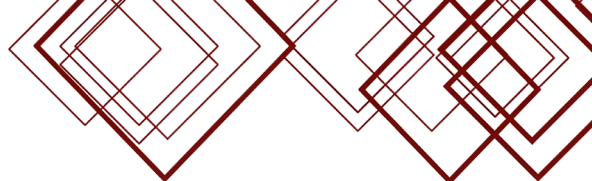
ção até o efetivo abandono deste tipo de segregação social, um grande número de documentos administrativos e prontuários médicos foram gerados por estas instituições. Os acervos médicos dos leprosários carregam um forte componente histórico e social, tendo relação direta com o preconceito e a exclusão dos internos e de seus familiares.

Para este trabalho utilizaremos o nome lepra e não hanseníase, por entender e concordar com Silva e Franco (2018), que o nome lepra traz consigo um estigma que a segunda metade do século XX e a nova nomenclatura para a doença, não conseguem dimensionar a segregação social e o preconceito que atravessou séculos.

326 Realizaremos uma Análise de Conteúdo, elaborada por Laurence Bardin (2016), uma revisão de literatura, que nos permitirá uma contextualização sobre a importância dos acervos médicos para a História das Doenças, assim como conhecer o Leprosário de Itanhenga e suas atividades. Almejamos também compartilhar a importância da digitalização de parte do acervo documental do Leprosário de Itanhenga, realizada pelo Professor Dr. Sebastião Pimentel Franco, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em um projeto desenvolvido pelo mesmo, onde realizou intensas pesquisas, entrevistas, um levantamento da documentação administrativa e médica, que se encontrava ainda na instituição, mas em condições precárias de acondicionamento e guarda, além da digitalização desta documentação.

HISTÓRIA DAS DOENÇAS E OS ACERVOS MÉDICOS

Sempre que uma doença acomete uma determinada população, traz consigo várias modificações, desenvolvimentos e desafios científicos, podendo gerar crises econômicas, sanitárias e humanitárias entre outras. A História também acompanha essas modificações, e principal-



mente com as mudanças epistemológicas na historiografia, ocorridas após a década de 1970, a chamada “nova história”, a História das Doenças passa a ser analisada, discutida e registrada assim como os acontecimentos que giram em torno desse fenômeno social.

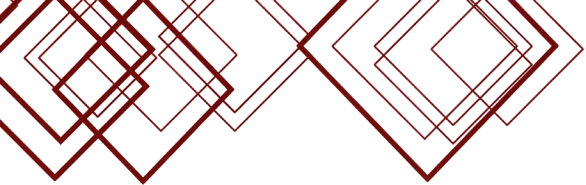
Le Goff afirma que as doenças pertencem à história pois são mortais, pertencendo não apenas a história superficial (progressos científicos e tecnológicos), como também “[...] à história profunda dos saberes e das práticas ligadas as estruturas sociais, às instituições, às representações, às mentalidades” (LE GOFF, 1985, p. 7-8).

O campo de pesquisa História das Doenças permite problematizar e entender esta área como um fato social e um objeto de estudo da História, cuja existência vai depender do tempo, do espaço, das características dos indivíduos e grupos atingidos. Segundo a coordenadora da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)

327

Esta área de pesquisa se insere no debate historiográfico por meio das discussões travadas, sobretudo, nos campos da história social e cultural, em torno da noção de representação social/coletiva em sua associação com práticas e intervenções na vida social. Vem reunindo estudos sobre as concepções e práticas relativas a doenças específicas, bem como sobre as ações por parte de instituições médicas, do poder público e de organizações e grupos da sociedade civil tendo em vista seu controle, prevenção e tratamento. (NASCIMENTO, 2022)

Para Le Goff a história das doenças traz muitas vezes as histórias de sofrimentos, que revelam de tempos em tempos o horror dos sintomas ligados intimamente com o “[...] pavor de um sentimento de culpabilidade individual e colectiva: lepra, peste, sífilis, tísica, cancro e, num pequeno território fortemente simbólico a SIDA” (LE GOFF, 1985, p. 8).

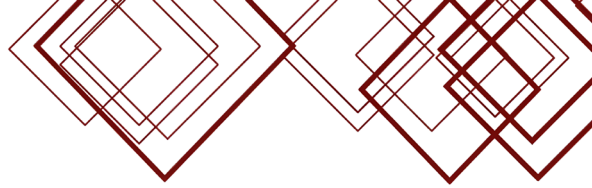


Segundo Araujo (2018), a doença como campo de pesquisa histórica mescla informações sobre modo de viver, marcados pelo tempo e espaço no qual estão inseridos, além dos dados sobre o aspecto biológico. A autora afirma ainda que, a lepra tem se apresentado como um campo de suma importância para análises de comportamentos e práticas sociais, e permite estudos de representações, crenças, costumes, políticas públicas e organizações sociais.

328

Os chamados acervos médicos dentro do campo História das Doenças são imprescindíveis tanto para o entendimento do comportamento das doenças, como para o estudo das práticas de cura, mas também se mostram importantes para o entendimento e o estudo de várias outras áreas, temáticas, acontecimentos, comportamentos, além das complexas relações que perpassam toda essa temática, em seus mais diversos recortes históricos – formas de contágio, população mais atingida, regiões mais atingidas, profilaxia, medicamentos, terapias, fenômenos socioculturais, fenômenos socioeconômicos, políticas públicas, comportamento educacionais, preconceitos, estigmas, etc. Os prontuários médicos são importantes fontes para essas pesquisas, e sabemos que o valor de um documento está intrinsicamente ligado a informação que ele contém, e a instituição que o gerou.

A Resolução do Conselho Federal de Medicina, nº 1.638 de 9 de agosto de 2002, definiu os itens que devem compor um prontuário médico, considerando-o um documento de arquivo passível de uma tabela de temporalidade e classificação, como determina a legislação arquivística brasileira, e um documento valioso para o ensino e a pesquisa. Sabemos que muito antes dessa resolução, as instituições médicas já realizavam um trabalho extremamente minucioso quanto ao preenchimento dos prontuários, e sempre se buscou uma organização dos acervos nas instituições médicas.



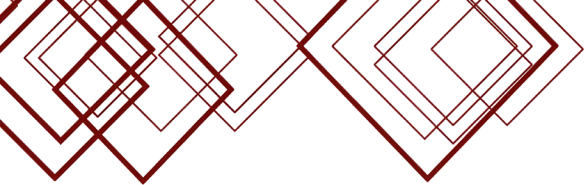
Franco (2021) identifica a importância dos acervos e prontuários médicos, salienta que o uso destes na pesquisa em História, no Brasil, é relativamente novo. O autor sublinha que este tipo de acervo possui certas limitações, já que são produzidos dentro de uma lógica médica-administrativa, contudo, se configuram como fontes significativas de pesquisa.

Os pesquisadores, através dos arquivos médicos podem consolidar pesquisas focadas em diferentes épocas, podendo compreender as evoluções médicas em relação a doença pesquisada, as formas de diagnósticos, tratamentos e transições das práticas médicas conforme a evolução científica. Os acervos dos antigos leprosários, podem ser vistos como ótimas fontes de pesquisa de políticas públicas de saúde, permitindo entender não apenas como foi a evolução da doença e do tratamento, mas também o papel do Estado neste contexto.

329

Outro ponto importante a destacar são os estudos da lepra e sua estigmatização dos doentes, como os pacientes eram tratados e o impacto do isolamento compulsório das colônias, esses documentos podem permitir traçar uma relação entre a saúde e a marginalização social, oferecendo um retrato dos estigmas e da exclusão que os internos enfrentaram ao longo de sua vida.

Segundo Nibert Elias (2000) a estigmatização leva a exclusão social e ao controle dos indivíduos de grupos que estão fora das normas estabelecidas como normal pela maioria da sociedade ou pelos grupos que estão no poder. A dicotomia entre “estabelecidos” e “*outsiders*” descrita por Elias (2000) é passível de ser verificada nas antigas colônias de leprosos, como o Leprosário de Itanhenga, onde os “estabelecidos” na figura das autoridades médicas e governamentais, tinham o poder de determinar quem deveria ser segregado e mantido longe da sociedade,



no caso os leprosos (“*outsidres*”) pois eram considerados uma ameaça ao bem-estar coletivo.

Há ainda inúmeros outros pontos que podem ser explorados nos arquivos médicos dos leprosários, como: mudanças éticas e legais; aspectos que envolvam as áreas sociais e culturais; saúde mental. Esses acervos são fundamentais para se construir uma discussão crítica do passado, entendendo os erros e acertos neste campo da saúde e no momento histórico vivido por estas instituições e internos.

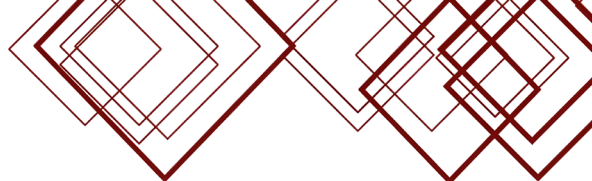
O LEPROSÁRIO DE ITANHENGA

330

A Lepra e sua história ao longo dos séculos, sempre carregada de medo e preconceito, marcou seus portadores pelo estigma de uma doença que deformava e acabava por isolá-los da sociedade. A primeira metade do século XX, no Brasil, foi marcada pela construção de leprosários, que poderiam ser colônias agrícolas ou não, onde as pessoas diagnosticadas com a doença eram internadas compulsoriamente. Acreditava-se que o isolamento do doente era a solução para barrar o contágio.

Segundo Franco e Silva (2019), o Espírito Santo foi um dos estados brasileiros que teve em seu território uma colônia de isolamento, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas. Ainda segundo os autores, o leprosário construído no estado teve como o principal idealizador, o médico Pedro Fontes, que tendo assumido a Inspetoria de profilaxia da lepra e de Doenças Venéreas, organizou um “censo” para levantamento estatístico de pessoas contaminadas com a lepra e casos suspeitos da doença.

Foi o relatório com os resultados deste levantamento que fomentou a defesa da construção de um leprosário no Espírito Santo, e docu-



mentos que a lepra no estado era um problema sanitário a ser resolvido. O Leprosário de Itanhenga, localizado no município de Cariacica, foi criado através de decreto nº 5.967 de 7 de março de 1935, mas só foi efetivamente instalado em 1937, onde foram internadas pessoas contaminadas e sob suspeita de contaminação, num regime de colônia agrícola.

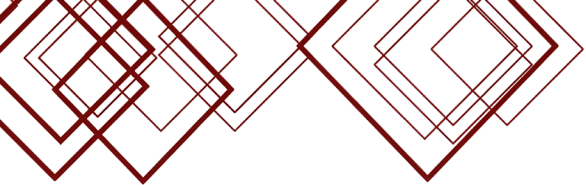
No Brasil o recolhimento compulsório dos contaminados pela lepra se tornou uma política pública na década de 1930, para Franco e Araujo (2021) essa política encontrava-se sustentado em três dispositivos – os leprosários, os preventórios e os dispensários² – devendo atuar para o controle da doença, mantendo a vigilância das pessoas com suspeita de estarem infectados, contato com os doentes, retirando-os do convívio social. Os filhos dos leprosos também sofriam controle do estado, tanto os doentes como os sadios.

331

Em 1935 iniciou-se a primeira etapa de construção do leprosário e segundo Franco e Barros (2015) as outras etapas das obras foram realizadas em dois anos e amplamente divulgadas na imprensa. A inauguração ocorreu em 1937, contando com a presença do Ministro da Educação e da Saúde, Gustavo Capanema.

Jornais de outros estados publicaram vários artigos, notas e anúncios falando das obras e da inauguração do Leprosário de Itanhenga. Uma busca na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional nos permite acompanhar em jornais da época a movimentação em torno das obras

2 Leprosário – local de isolamento compulsório dos doentes; Preventório – local para apoio aos leprosários, para onde eram levados os filhos saudáveis dos pacientes internos; Dispensário – local para monitoramento dos familiares e das pessoas que tinham contatos com os doentes. Cf. SANTOS, Vicente Saul Moreira. Entidades filantrópicas e políticas públicas no combate à lepra: Ministério Capanema (1934-1945). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em Histórias das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.

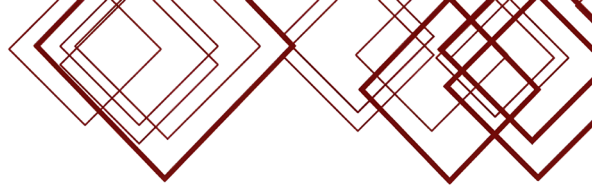


realizadas. No jornal *A Nação*, do Rio de Janeiro, publicado em 15 de janeiro de 1936, a manchete dizia “Serviços de Profilaxia da Lepra. O Estado do Espírito Santo e seus serviços organizados para debelar o mal. [...] A colônia de Itanhenga é modelo de Leprosário [...]” (A NAÇÃO, 1936, p. 11).

Além das instalações médicas os leprosários contavam com construções que os tornavam pequenos vilarejos, com casas, igreja, delegacia, área destinada aos funcionários, área separada para as crianças, cemitério, lavanderia, além da parte das instalações médicas e destinadas a alimentação, locais para plantio e criação de animais.

332 Criado para ser uma colônia agrícola, diminuindo assim os custos de manutenção, o leprosário de Itanhenga foi idealizado para ser um modelo desse tipo de instituição – moderno e econômico. Inicialmente a colônia tinha capacidade para a tender a 380 internos, mas chegou a ter mais de 500 internações. Conforme documentação constante no acervo do Leprosário de Itanhenga, havia internos não apenas da região próxima a capital e interior do estado, mas também foram encontrados dados de doentes de outros estados que foram trazidos para a Colônia de Itanhenga.

O levantamento realizado anteriormente a pedido do médico Pedro Fontes, facilitou o ingresso imediato dos doentes na colônia, pois além de saber quem eram, também se tinham o registro dos seus endereços. Franco e Araujo (2021) explicam que desta forma nos primeiros cinco meses de funcionamento o leprosário já contava com 230 internos. O leprosário era dividido em três zonas – sadia, intermediária e doente – e havia também o Preventório Alzira Bley, construído em 1937, que após a desativação da colônia, foi transformado em uma escola.



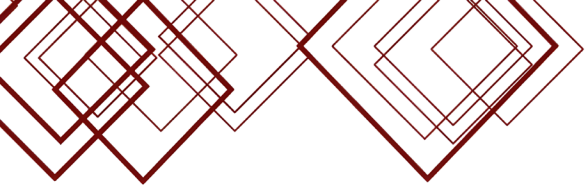
Em sua tese de doutorado Araujo (2020) levantou dados nos arquivos no Hospital Pedro Fontes sobre o ingresso na Colônia de Itanhenga entre os anos de 1937 e 1999, tendo sido registrado um ingresso constante de pacientes mesmo após 1962, quando foi abolido no Brasil o isolamento como forma de profilaxia. E mesmo após três década de findado a internação compulsória, o Leprosário de Itanhenga registra no período de 1990 a 1999 a internação de 179 pessoas, as vésperas do século XXI ainda se registra a política de isolamento dos doentes de lepra.

Com o avanço das práticas médicas e a introdução de novas medicações e tratamentos, a lepra, aqui já chamada de hanseníase, passou a ser tratada sem o isolamento obrigatório, e em todo o Brasil essas instalações foram sendo desativadas ou transformadas em outras instalações médicas. Assim também ocorreu aqui no Espírito Santo.

333

Desativada, a Colônia de Itanhenga teve suas instalações aos poucos abandonadas. Recebeu ao longo dos anos uma preservação inadequada de parte de sua documentação administrativa e médica, reforçando a necessidade da manutenção dos arquivos para manutenção dessa história (da instituição e seus atores sociais). Segundo entrevista do Professor Dr. Sebastião Pimentel Franco, “a carga, o peso, o estigma da doença não se dissiparam da sociedade com o fim da internação. Por isso, muitos trocaram de nome quando saíram dali e criaram outras narrativas, histórias de vida para viver em sociedade” (Campos, 2023).

Bourdieu (1989) descreve como o poder simbólico e o habitus operam através da aceitação inconsciente dos valores dominantes na sociedade. A ideia do isolamento foi legitimada pelo governo e pela medicina, de tal forma que a população passou a aceitar esse isolamento e o estigma desta doença como “natural” e totalmente necessário. A inter-



nalização do estigma dessa doença levou muitos internos a se sentirem inferiores, acabando por se resignarem e em esse lugar de excluído, de marginalizado, como seu único destino.

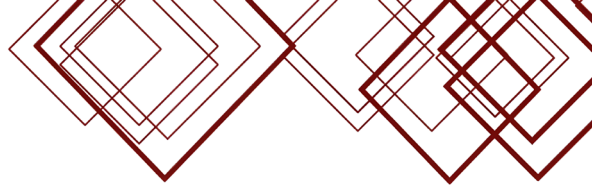
No caso do Leprosário de Itanhenga, quando a colônia foi desativada os doentes permaneceram morando no local, tendo inclusive se formado ao redor da colônia dois bairros, onde os antigos internos e seus familiares ainda hoje residem.

PRESERVAÇÃO DE ACERVOS

334 Castro (2008) afirma que a preservação de itens documentais e bibliográficos nem sempre foram pensados como atitudes de salvaguarda de acervos. Até 1966, antes da enchente do rio Arno³, em Florença, na Itália, a conservação e restauração de acervo em papel era delegada a segundo plano, pois os esforços estavam empregados na salvaguarda de obras de arte e artefatos museológicos. Esse incidente atingiu quase um milhão de itens bibliográficos e documentais, e é considerado o marco inicial do despertar mundial para a importância da salvaguarda dos acervos em suporte papel,

Tal catástrofe é, portanto, considerada um divisor de águas no que se refere ao desenvolvimento de ações, técnicas e pesquisas de conservação e restauração dos acervos bibliográficos e documentais danificados. Ao longo das décadas subseqüentes (sic) ao desastre natural, verificou-se um avanço significativo na área

3 Florença foi berço do Renascimento contando com acervos riquíssimos, depositados em museus, bibliotecas e arquivos. A enchente de 1966 afetou a cidade e diversas instituições de salvaguarda destes acervos, sendo necessário chamar a Florença profissionais de diversas áreas para que o resgate desses acervos fosse efetivado. Décadas depois da enchente ainda havia acervos para serem tratados. Foi só a partir desta catástrofe que a preservação de acervos foi tida como necessária. Anteriormente apenas a conservação e a restauração eram consideradas como ações efetivas de salvaguarda de acervos.



seja por meio da produção de livros e artigos científicos, seja no reconhecimento da necessidade dos planos de emergência e na importância da interdisciplinaridade com premissa de trabalho a ser adotada na conservação e restauração de papel (CASTRO, 2008, p. 50)

A conservação e a restauração fazem parte de uma ação maior que é a preservação. Esta pode ser definida como

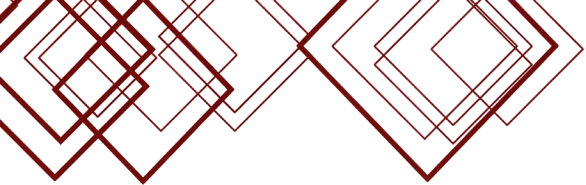
[...] toda e qualquer ação que, recorrendo à plataforma tecnológica disponível, aos conhecimentos técnico-científicos existentes e às políticas institucionais, visa garantir estabilidade química e resistência mecânica aos materiais que compõem os suportes onde está registrada a informação. O seu impacto vai muito além da obra e do acervo (SILVA, 2005, p. 32)

Assim a preservação de acervos se dá de forma administrativa, ou seja, ocorre no âmbito das tomadas de decisões, definições de políticas e ações a serem realizadas para uma ampla salvaguarda dos documentos. Uma boa política de preservação é construída interdisciplinarmente, ouvindo cada profissional envolvido com o acervo, para se obter uma ampla visão das necessidades de acesso e salvaguarda do referido acervo.

335

Inicia-se desde a escolha do local de guarda do acervo, passa pela escolha dos profissionais que iram trabalhar no manuseio dos documentos, permeando toda a vida do acervo, seja ele de guarda temporária, intermediária ou permanente. A preservação conta com a conservação, a restauração e a digitalização como parte de ações de salvaguarda do acervo.

A conservação é necessária quando o acervo já sofreu algum dano, mas sem perda de suporte ou de informação. Ações de conservação devem ser realizadas constantemente para que o acervo mantenha sua integridade física. A não realização desta etapa pode levar a uma



necessidade de restauração futuramente.

Já restauração ocorre quando o documento já sofreu um dano mais severo, onde já ocorreu perda de suporte ou informação. São diversas as causas de danos mais graves: ação do tempo; manuseio incorreto; manuseio excessivo; vandalismo; ataques de insetos e/ou microbiológicos; acondicionamento e guarda feitos de forma errônea, umidade, variações de temperatura. A necessidade de restauração indica que o acervo não recebeu medidas eficazes de salvaguarda, e retardá-la pode representar a perda do acervo.

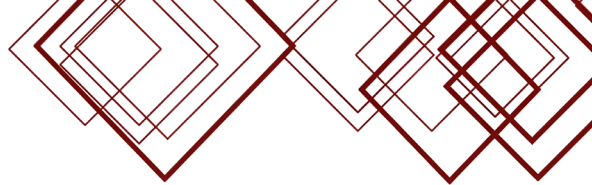
336

A digitalização hoje é prática constante nas instituições mantenedoras de acervos, quer seja para a salvaguarda do item digitalizado, do conteúdo informacional, ou para permitir o acesso *on-line* dos documentos para usuários e pesquisadores. Há várias formas e formatos utilizados para a digitalização, em muitos casos essa prática segue protocolos internacionais de compartilhamento de dados.

A digitalização feita com parte do acervo documental do Leprosário de Itanhenga foi uma ação emergencial, pois estes documentos se encontravam na eminência de perda total por ação da umidade e fungos. O acervo físico se encontra sob custódia da Secretaria de Estado de Saúde, que é sua instituição geradora, mantenedora e quem deve salvaguardar seus arquivos.

A DIGITALIZAÇÃO DE PARTE DO ACERVO DO LEPROSÁRIO DE ITANHENGA

O Professor Dr. Sebastião P. Franco, pesquisador do campo da História das Doenças e do Leprosário de Itanhenga, em um projeto de pesquisa, digitalizou em mais de 1800 imagens – correspondências,



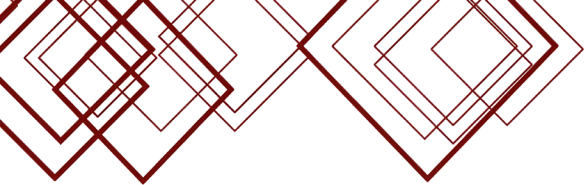
prontuários, documentos cartoriais, entrevistas, relatórios, entre outros – relacionados ao Leprosário de Itanhenga, e ao Educandário Alzira Bley, que atendia os filhos dos internos da colônia. Os documentos foram gerados no decorrer das atividades administrativas e médicas do leprosário. Mais que obter dados para pesquisas, a preservação de parte dessa documentação permite conhecer e dar visibilidade as pessoas que vivam e trabalhavam na colônia.

Foi no arquivo contendo as digitalizações documentais que o Dr. Sebastião P. Franco realizou, que a equipe do Laboratório Saberes e Sabores – História da Alimentação e das Práticas de Cura, do curso de História, da UFES, coordenado pela Professora Dr^a Patrícia Maria S. Merlo e pelo Professor Dr. Sebastião Pimentel Franco, realizou uma organização.

Os trabalhos contaram com a assessoria de uma Arquivista, res-
peitando princípios básicos da Arquivologia, como a unicidade, defini-
da por Bellotto (2002, p. 21) como um princípio de que “não obstante
forma, gênero, tipo ou suporte, os documentos de arquivo conservam
seu caráter único, em função do contexto em que foram produzidos”,
ou seja, cada documento é único e sendo isso mais um indicativo de
que a preservação se faz necessária. Outro princípio foi o da organi-
cidade que indica que “as relações administrativas orgânicas se refletem
nos conjuntos documentais. A organicidade é a qualidade segundo a
qual os arquivos espelham a estrutura, funções e atividades da entidade
produtora/acumuladora em suas relações internas e externas” (Bellotto,
2002, p. 21).

337

Foram seguidas regras de organização, catalogação e indexação arquivísticas, descritas na Norma Brasileira de Descrição Arquivística, a NOBRADE (Brasil, 2006). Para catalogação utilizamos as 8 áreas de



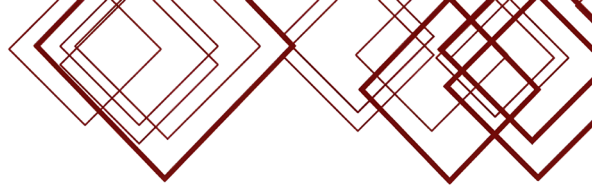
descrição da NOBRADE:

- 1-área de identificação;
- 2-área de contextualização;
- 3-área de conteúdo e estrutura;
- 4-área de condições de acesso e uso;
- 5-área de fontes relacionadas;
- 6-área de notas;
- 7-área de controle da descrição;
- 8-área de pontos de acesso e indexação de assuntos.

338

Foi realizada a catalogação geral do fundo do Leprosário de Itanhenga, a catalogação de cada dossiê e a descrição de cada item documental que compunham o acervo. Foram tratados documentos cartoriais relacionados aos terrenos que compunham a colônia; correspondências trocadas entre a colônia e órgão oficiais do governo; um livro de causas criminais, com registro de fugas e atos de desordem ocorridos na colônia; ficha social dos internos; prontuários dos doentes; relatórios dos anos de 1946 e 1949 com dados principalmente da produção agrícola da colônia; um livro de registro de entrada de crianças e adolescentes no Educandário Alzira Bley; uma agenda onde foram registrados os nascimentos de crianças dentro da colônia; e transcrição de algumas entrevistas realizadas com ex-internos do leprosário.

O acervo documental do leprosário permite pesquisas em diversas áreas do conhecimento. É presença marcante neste acervo, a segregação e o controle social, o preconceito e o estigma, o esquecimento e a memória. O livro de causas criminais gerado no dia a dia da delegacia do leprosário, em sua maioria relata fugas de internos, reforçando o



controle do confinamento compulsório, e necessidade de manutenção da ordem interna, com a proteção da estrutura e dos funcionários, mas também como instrumento de disciplina e controle social, assim como uma imposição do estigma, reforçando assim o controle simbólico.

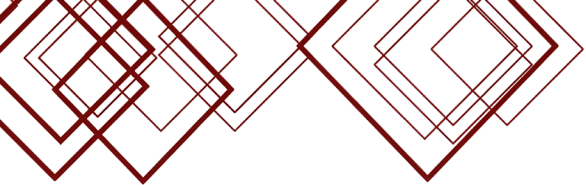
Outro item do acervo, o livro de registro de entrada de crianças e adolescentes no Educandário Alzira Bley, se revela uma fonte de pesquisa quando observamos como pano de fundo além do estigma e preconceito, o controle da disseminação e da prevenção da doença, o controle da maternidade das pessoas infectadas e o impacto na saúde mental e afetiva dessas mães e filhos(as).

O trabalho de catalogação transcorreu sob a supervisão da Professora Dr^a Patrícia Maria da Silva Merlo, tendo na equipe uma Bibliotecária/Restauradora, e alunos de Iniciação Científica do curso de História da UFES, e membros do Laboratório Saberes e Sabores – História da Alimentação e das Práticas de Cura (UFES).

339

CONSIDERAÇÕES FINAIS

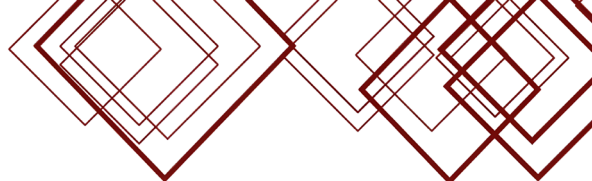
Diante do exposto, consideramos que a preservação de parte do acervo documental do Leprosário de Itanhenga, e sua organização, foi de suma importância para que essa parte da História não se perdesse, e principalmente para que se dê voz a história de cada um interno da Colônia de Itanhenga. Internos que tiveram suas vidas modificadas, marcadas e invisibilizadas pelo estigma da lepra. Trabalhos como esses são imprescindíveis não apenas para o registro da História das Doenças e seus procedimentos de cura, mas também para resgatar do esquecimento histórico, indivíduos que em muitos casos foram separados de suas famílias e amigos.



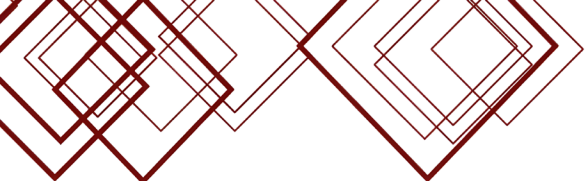
Assim terminamos com a certeza de que o trabalho realizado foi parte fundamental para manter estes documentos disponíveis para futuras pesquisas. Neste caso específico a digitalização foi o procedimento necessário e possível para a preservação do referido acervo. Os dados existem e são amplas as possibilidades de pesquisas, os documentos digitalizados estão prontos para serem acessados e para trazerem à baila as histórias e memórias de pessoas que passaram pelo Leprosário de Itanhenga. Sabemos que a digitalização por si só não finda com o problema da preservação destes documentos, mas por hora permite o acesso de pesquisadores aos seus conteúdos, e garante que o acervo físico não será exaustivamente manipulado o que certamente diminuiria sua vida útil.

340 REFERÊNCIAS

- A NAÇÃO (Jornal). Rio de Janeiro, edição 0925, p. 11, de 15 de Janeiro de 1936. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=120200&pasta=ano%20193&pesq=itanhenga&pagfis=11659>. Acesso em: 9 set. 2022.
- ARAUJO, Tania M. de. Vivos no campo de esquecimento: a instalação do leprosário Colônia de Itanhenga no estado do Espírito Santo, 1937. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 15., 2016. Florianópolis, *Anais eletrônicos...* Disponível em: https://www.15snhct.sbhct.org.br/resources/anais/12/1471005815_ARQUIVO_SNHCT_SC2016-TaniaAraujo-Vivosnocampodeesquecimento-final1208.pdf. Acesso em: 15 jul. 2022.
- ARAUJO, Tania M. de. Isolamento compulsório de leprosos no Espírito Santo: notas sobre a implantação da Colônia de Itanhenga



- (1937) e a experiência da segregação. In: SEMANA DE HISTÓRIA DA UFES, 11, 2018, Vitória. *Anais eletrônicos...* Vitória, UFES, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/semana-dehistoria/article/view/23118>. Acesso em: 22 ago. 2022.
- ARAUJO, Tania M. de. *Vivos no campo de esquecimento: a instalação do leprosário Colônia de Itanhenga no estado do Espírito Santo (1920-1962)*. 2020. 255 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, LDA, 2016.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivística: objetivos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.
- CAMPOS, Mikaela. *Colônia dos excluídos: a história da “cidade” no Espírito Santo construída para isolar pessoas com hanseníase*. Vitória: A Gazeta, 2023. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/colonia-dos-excluidos-a-historia-da-cidade-construida-no-es-para-isolar-pacientes-com-hanseniose-0123>. Acesso em: 15 set. 2024.
- CASTRO, Aloísio A. Nunes de. *A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil*. 2008. 172f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=110736. Acesso em: 20 out. 2022.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Resolução nº 1.638, de 9 de agosto de 2002*. Brasília, 2002. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2002/1638_2002.pdf. Acesso em: 1 out. 2024.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FRANCO, Sebastião P.; BARROS, Luiz A. A. A lepra no Espírito Santo: da fagueira ilusão a Colônia de Itanhenga. *Dimensões*, Vitória, v. 34, p. 228-254, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/11117>. Acesso em: 17 ago. 2022.

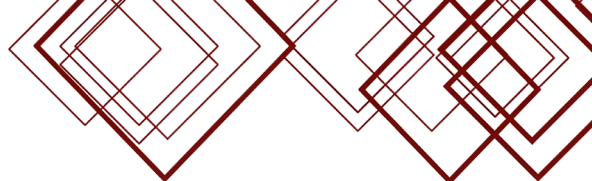
FRANCO, Sebastião P.; SILVA, Simone S. de A. “Se eu estou doente, eu não posso ir embora pra lá” – A lepra e as sensibilidades de um ex-interno da Colônia de Itanhenga no Espírito Santo. *Khronos*, São Paulo, n. 6, p. 65-78, dez. 2018.

342

FRANCO, Sebastião P.; SILVA, Simone S. de A. Os relatórios administrativos do leprosário de Itanhenga no Espírito Santo: possibilidades de se conhecer o cotidiano de uma colônia agrícola para leprosos. *Embornal* – ANPUH-CE, Fortaleza, v. 10, n. 19, jan./jun., p. 21-38, 2019. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/embornal/article/view/3207/2719>. Acesso em: 10 jul. 2022.

FRANCO, Sebastião P. A hanseníase no Espírito Santo a partir dos prontuários dos internos da Colônia de Itanhenga. *Diálogos*, Maringá/PR, v. 25, n. 2, p. 44-67, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/60245>. Acesso em: 10 ago. 2022.

FRANCO, Sebastião P; ARAUJO, Tania M. de. Isolar e assistir: desafios do tratamento dos doentes de lepra na Colônia de Itanhenga.



ga – Espírito Santo. *Dimensões*, Vitória, n. 47, p. 31-43, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/36748>. Acesso em: 15 set. 2022.

LE GOFF, Jacques. *As doenças têm histórias*. Lisboa: Terramar, 1985.

NASCIMENTO, Dilene R. N. *História das Doenças*. Biblioteca Virtual em Saúde. Disponível em: <http://hpcs.bvsalud.org/vhl/temas/historia-das-doencas/#:~:text=A%20%C3%A1rea%20de%20pesquisa%20Hist%C3%B3ria,entendimento%20como%20um%20fato%20social%2C>. Acesso em: 1 set. 2022.

SANTOS, Karina F. da S. *Desafios da preservação digital: uma perspectiva orientada aso documentos digitalizados do Arquivo Científico Tropical Digital*. 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e da Documentação). Faculdade de Ciência Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/13635/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20DE%20KARINA%20SANTOS.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2022.

343

SANTOS, Vicente Saul Moreira. *Entidades filantrópicas e políticas públicas no combate à lepra: Ministério Capanema (1934-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em Histórias das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. A preservação da informação. *Páginas a&b*. Lisboa, v. 15, p. 29-39, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES). Saberes e Sabores, História da Alimentação e das Práticas de Cura. Vitória: UFES, 2021. Disponível em: <https://saberesesabores.ufes.br/memorial-do-leprosario-de-itanhenga>. Acesso em: 1 jul. 2022.